

CGD prossegue plano estratégico

O banco público pretende continuar a sua política de redução de efetivos, o que será concretizado através de rescisões por mútuo acordo e reformas antecipadas, informou a administração à Febase.

A Febase reuniu-se com a administração da CGD no dia 19 de fevereiro, com o objetivo de debater as consequências para os trabalhadores da implementação do plano estratégico.

Na reunião, que contou com a presença de Paulo Macedo, a Febase foi informada que a CGD está apostada em cumprir o plano estratégico. Assim, pretende prosseguir a sua política de rescisões por mútuo acordo (RMA) e reformas antecipadas, bem como de encerramento de balcões.

No entanto, assegurou que não haverá despedimentos: os trabalhadores dos balcões a fechar serão colocados noutros que estejam próximos ou na sua área de residência.

No que diz respeito às RMA, a CGD vai adotar normas semelhantes às do ano passado relativamente a datas e benefícios complementares, com alguns ajustamentos. Assim, a proposta do banco é de 2,1% para os trabalhadores inscritos na CGA e de 1,6% para os inscritos no regime geral da Segurança Social.

Em matéria de saúde, a CGD propõe um ajustamento de 0,4% para os trabalhadores que pretendam manter o direito aos Serviços Sociais e de 0,2% para os que optem por um seguro de saúde.

Nova reunião

A Febase aproveitou a oportunidade para manifestar o seu desagrado por, até ao momento, os sindicatos não terem sido convidados a participar no plano estratégico, já que a sua aplicação afeta os trabalhadores.

Em resposta, a administração comprometeu-se a realizar brevemente uma nova reunião com a Febase, dedicada fundamentalmente a analisar o plano de reestruturação da Caixa em toda a sua dimensão e consequências.

Revisão salarial

Sobre a polémica da não contagem da antiguidade para efeitos de reforma, a administração mantém a sua posição, argumentando que se baseia num parecer do Ministério das Finanças.

Já quanto à proposta de revisão da tabela apresentada pela Febase, a administração pediu uma prorrogação do prazo por 30 dias para responder – mas admitiu proceder a aumentos salariais.

Ainda em matéria contratual, adiantou que pretende uma convergência serena do AE com o ACT da banca, de forma a permitir à CGD concorrer com os outros bancos em igualdade de circunstâncias.